

Enseñar a leer y escribir¹

Clarisse Hendges Stürmer*

Anne-Marie Chartier é Maître de Conference do Service d'Histoire de l'Éducation do Institut National de Recherche Pédagogique (INRP) e professora associada do Institut Universitaire de Formation des Maîtres de l'Académie de Versailles, em cursos de formação de professores da escola elementar, na França. Doutorou-se em Educação pela Université Paris V, com a tese *La lecture scolaire entre opinions et prescriptions: comment les discours disent les pratiques*. Sua especialidade é o ensino elementar e a história cultural das práticas de escolarização (séculos XIX e XX), em particular a história escolar e não escolar da difusão das práticas de leitura e escrita. No Brasil, tem contribuído com os estudos sobre a formação do leitor, seja por meio de suas publicações, seja por meio de encontro com professores/pesquisadores.

Chartier apresenta em *Enseñar a leer y escribir: una aproximación histórica* um delineamento da história da educação francesa, fazendo, igualmente, uma reflexão sobre quinze dias de buscas e observações em escola mexicana. Uma de suas intenções foi verificar pontos de encontro entre a educação na França e

no México. Ela propõe-se entender como se formaram, durante épocas, as diversas características escolares que hoje são consideradas naturais, discutindo o duplo sentido inerente à educação: a educação como direito e como obrigação. Lança uma instigante indagação acerca dos problemas enfrentados pelos professores, na medida em que a escola vem fazendo parte da vida das pessoas por períodos cada vez mais longos.

Foram detectados pela autora os períodos em que a educação na França foi sendo tratada por vieses distintos: no século XVII, por exemplo, foram dedicados três anos para o ensino da leitura em francês nas escolas cristãs; duas décadas depois, a escola republicana es-

* Graduada em Pedagogia Anos Iniciais e Matérias Pedagógicas de Nível Médio pela Universidade de Passo Fundo, mestranda em Educação pela UPF. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Alfabetização (Gepalfa) da UPF, proprietária e coordenadora pedagógica da escola particular de educação infantil "Embalando Sonhos" no município de Chapada - RS. E-mail: clarissehendges@yahoo.com.br

¹ CHARTIER, Anne-Marie. *Enseñar a leer y escribir: una aproximación histórica*. México: FCE, 2004.

Recebido: 11/04/2011 – Aprovado: 29/04/2011

tabeleceu como mínimo obrigatório o período de seis anos, incluindo conteúdos de história, geografia e literatura vernácula; já no século XX foi promovida uma educação média universal como direito de todo adolescente, cujos conteúdos desenvolvidos visavam a uma carreira universitária.

O que Chartier leva a perceber nessa trajetória é que a cada etapa dessa história o período de escolaridade foi sendo ampliado, concomitantemente, o número de iletrados e excluídos centrados na vida urbana. Faz é uma crítica à cultura de elite, que tende a legitimar essa exclusão na medida em que os conteúdos aprendidos na escola não estão relacionados às necessidades de vida das pessoas. O problema está na cultura escolar, que parece andar cada vez mais em direção a uma cultura de massas.

Volta-se, aqui, ao papel que o próprio professor desempenhou durante esse processo na educação francesa. O mestre catequista foi o professor que atuou antes de a educação ser obrigatória na lei francesa, o qual dava uma catequização de massa. Sua preocupação central para com os alunos era que soubessem ler para possibilitar o acesso às sagradas escrituras e escritos da verdadeira doutrina, para que tivessem, assim, acesso à ciência da salvação e da vida eterna. No século XVIII, as exigências eram ferrenhas, uma vez que os sacerdotes aplicavam exames para verificar se as crianças haviam captado adequadamente os misteriosos sacramentos. Houve também o mestre funcionário, que corresponde àquele que atuou no final do século XIX, quando predo-

mina a preocupação de salvar a nação republicana por meio da formação da escola laica gratuita e obrigatória para formar futuros eleitores. Os professores tinham aqui a função de convencer as gerações jovens sobre o projeto político e convertê-los em funcionários do Estado. É a cultura primária laica substituindo a cultura católica.

A terceira imagem do professor ainda está, segundo Chartier, indefinida. A preocupação atual não é mais a vida espiritual nem a consciência política dos educandos, mas a inserção dos jovens no mundo laboral. A cultura parece muito mais científica do que literária. Os mestres encontram-se entre duas obrigações: uma de dirigir atividades coletivas, fazendo trabalhar todos ao mesmo tempo, e a outra de jamais resignar o fracasso de uns contentando-se com o êxito satisfatório dos outros.

A ênfase no trabalho docente está claramente direcionada ao professor primário, ou seja, é preciso rever o que se entende por alfabetização. Pensar no ensino da leitura é um dos propósitos sobre o qual a autora se debruça tentando localizar elementos contribuintes do fracasso escolar. De 1840 a 1870, os manuais de leitura foram transformados e a antiga estrutura das três partes (alfabeto, sílabas e texto) desapareceu, em razão da nova apresentação de imagens. Nos Estados Unidos, durante a Primeira Guerra Mundial, oficiais descobriram que grande número de soldados era incapaz de executar ordens comunicadas por escrito, por não as entender. Foi a primeira vez que se falou em analfabetismo funcional ou iletrismo, numa cla-

ra menção ao fracasso da leitura mesmo depois de se ter passado por uma escolarização regular.

As mutações contemporâneas vêm reconstituindo o lugar da escrita na sociedade, e isso deveria também acontecer na escola. No entanto, em plena era da internet, enquanto em alguns lugares, como nos Estados Unidos, conta-se com computadores nas salas de aula, ainda há alunos no mundo todo que continuam escrevendo e resolvendo exercícios de gramática e aritmética como em 1850, ou seja, os organismos internacionais que tomam como referência os países economicamente dominantes impõem normas de cumprimento na alfabetização que não são acessíveis no nível de educação mundial.

Na França, em 1980, havia um milhão de analfabetos funcionais; em 1990, já se tratava de seis milhões. Isso foi por muito tempo um fenômeno antigo a ser guardado em segredo. No início, culpou-se a escola pelos professores mal preparados, métodos inapropriados ou até pelo desinteresse familiar. Mas, ao analisar a vida social, administrativa e profissional entre 1970 e 1990, constatou-se que a exigência por uma maior competência escrita era fator interferente nesse quadro. Os analfabetos converteram-se, então, em verdadeiros excluídos da modernização.

Ao visitar as escolas do México, Chartier depara-se com rituais cotidianos que soam como familiares e próximos ao que conhece: distribuição rigorosa de tarefas e responsabilidades, comportamentos adquiridos. Isso a faz se lembrar de sua própria infância, de sua escola no

meio rural, onde os alunos precisavam ser animados para falar. Ela questiona sobre o motivo dessa sensação num lugar onde antes nunca estava. Com isso, levanta a hipótese de um currículo que, em sua maioria, anula e ignora o mundo exterior; que simplesmente não incorpora culturas locais, transparecendo idênticos em muitos lugares, mesmo sendo estes distantes um do outro. Os planos de estudos, dessa forma, trazem a leitura e a escrita isoladas de um contexto, dificultando a sua aprendizagem, bem como a capacidade de fazer uso dessas ferramentas para regular as atividades no meio.

Por outro lado, Chartier verificou, igualmente, que os professores do México tendem a exaltar sua satisfação com o progresso dos alunos, o que não acontece na França. Os professores franceses ficam desesperados diante dos fracassos e, por isso, não comemoram os avanços. Enfim, a sua preocupação perpassa a revisão curricular a ser realizada não apenas na França ou no México, mas em todas as escolas que não se voltam para as questões culturais, que tendem a usar vendas para as transformações da realidade. Não é possível ler e escrever sem tomá-los como instrumentos necessários à atividade social; caso contrário, as estatísticas de excluídos ainda causarão espanto para muitos.

Sabemos que a alfabetização já é, por si só, um processo que requer do sujeito não apenas a decodificação de códigos, mas também a transposição das aprendizagens para o meio social. Reafirmando essa concepção, é possível aproximar o que Gumperz² discute

sobre a tarefa de alfabetizar. Para ela, aprender a ler e a escrever requer um ambiente social de intercâmbio entre professores e alunos, sendo o desafio da escola tornar possível essa construção mútua. Continuando no pensamento de Gumperz, uma alfabetização funcional ultrapassa a capacidade de ler, escrever e calcular, tratando-se de um processo muito mais complexo, que inclui a capacidade de usar as habilidades para gerar novos materiais e novos entendimentos. Dessa forma, a ponte que se constrói entre a análise da escola primária de Chartier e as aprendizagens de leitura e escrita de Gumperz possui em seu cerne a clareza de que não se pode julgar uma alfabetização separadamente de uma compreensão das circunstâncias sociais e tradições históricas específicas, uma vez que essas afetam seu processo.

Toda essa discussão em torno do papel do professor, do ensino da leitura e da escrita nos anos iniciais vem, sem dúvida, suscitar outras reflexões. Quando, na obra lida, é destacada a existência de um padrão para o conceito de alfabetização geral oriundo de uma cultura de elite, logo vem à mente a influência da industrialização na escolarização, da qual provém muito daquilo que hoje se identifica na estruturação do sistema escolar e que, assim como Chartier, nos deixa muito “à vontade”, por ser familiar, em qualquer instituição de ensino que se visite. Talvez o modelo industrial que a educação adotou reforce essa sensação de familiaridade.

Sobretudo, a emergência na atenção para os primeiros anos escolares é fato mundial e alarmante. É cada vez

mais visível a situação de alunos que saem das classes de anos iniciais sem, no entanto, dominar suficientemente a leitura e a escrita. A repercussão dessa lacuna se dará posteriormente, quando tais falhas são arrastadas ao longo de todo o restante da vida escolar, gerando dificuldades para a apropriação de outros conhecimentos. Nisso se constitui o fracasso escolar, estando suas origens, na maioria das vezes, associadas ao compromisso básico que a escola deixa de assumir. Fica, então, a inquietação: O que se está fazendo no lugar de alfabetizar? E o compromisso da escola hoje fica adiado? Para quando, para quem? Se o problema se encontra nesses padrões de alfabetização ou nos próprios objetivos de educação propostos nos dias de hoje, disso o mais significativo está em levar o tema ao debate.

O que a autora traz nessa obra é uma tentativa de reavivar o sentido inerente à primeira fase escolar. Alfabetizar nem sempre condiz com algumas práticas que se veem por aí com tanta convicção de o ser. Muitas das mudanças necessárias dependem da preocupação docente com a busca de formação constante para tomar a sua prática como objeto de reflexão. Esse é um importante elemento que pode trazer aos espaços escolares redimensionadas compreensões sobre o ensino da leitura e da escrita.

A quem deseja se engajar na proposta de revisão do que confere a tarefa de alfabetizar, acompanhando a caminhada da França e uma pitada do que revela o México, essa é uma boa indicação de leitura. Pensar na influência da

escola na vida de cada cidadão pode trazer indicativos preciosos para a compreensão da própria sociedade, assim como avaliar a extensão cultural dentro da escola pode se transformar numa chave de muito valor, principalmente quando vivemos um momento de expansão do ensino fundamental e ainda estamos tentando atribuir significado a essa modificação.

Nota

- ² COOK-GUMPERZ, Jenny. *A construção social da alfabetização*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.